

A INVALIDAÇÃO E A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/135



- Vladimir da Rocha França Universidade Federal de Pernambuco (Recife, Pernambuco, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0001-9977-3617>
- Catarina Cardoso Sousa França Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0003-4511-1938>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/07.vrf>

Palavras-chave: Ato administrativo, Invalidação, Convalidação, Administração Pública, Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor as normas jurídicas que dispõem sobre a invalidação administrativa e a convalidação dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Vladimir da Rocha França, Universidade Federal de Pernambuco (Recife, Pernambuco, Brasil)

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado III do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. vladimirfranca@yahoo.com.br

Catarina Cardoso Sousa França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande do Norte, Brasil)

Advogada. Especialista em Direito Constitucional e Mestranda em Constituição e Garantia de Direitos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, da Universidade Potiguar e da Universidade Federal do Rio Grande

Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

BUENO, Cássio Scarpinella. Os recursos nas leis de processo administrativo federal e paulista: uma primeira aproximação. In: SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés (Coord.). As leis de processo administrativo: Lei Federal 9.784/99 (LGL1999107) e Lei Paulista 10.177/98. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

FAGUNDES, Miguel Seabra. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. 7. ed. Atualização de Gustavo Binenbojm. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Invalidação judicial da discricionariedade administrativa no regime jurídico-administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Contraditório e invalidação administrativa na Administração Pública Federal. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, v. 37, p. 118-139, 2002.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Estrutura e motivação do ato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

JUNQUEIRA, Helena Marques. A refomatio in pejus no processo administrativo. In: FIGUEIREDO, Lúcia (Coord.). Processo administrativo tributário e previdenciário. São Paulo: Max Limonad, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Efeitos dos vícios dos atos administrativos. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

PORTO NETO, Benedicto. Pressupostos do ato administrativo nas leis de procedimento administrativo. In: SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés (Coord.). As leis de processo administrativo: Lei Federal 9.784/99 (LGL1999107) e Lei Paulista 10.177/98. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SIMÕES, Mônica Martins Toscano. O processo administrativo e a invalidação de atos viciados. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

SOARES, Lucélia Martins. Os vícios do ato administrativo e sua invalidação nas leis de procedimento administrativo. In: SUNDFELD, Carlos Ari; MUÑOZ, Guillermo Andrés

(Coord.). As leis de processo administrativo: Lei Federal 9.784/99 (LGL1999107) e Lei Paulista 10.177/98. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

ZANCANER, Weida. Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

ISSN 2526-8120

7 | RDAI

outubro / dezembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-12-30

Como Citar

1.

França V, França C. A INVALIDAÇÃO E A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. RDAI [Internet]. 30dez.2018 [citado 13dez.2020];2(7):55 -85. Available from: <https://rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/135>

Edição

v. 2 n. 7 (2018)

Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.